



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ESPECIALISTAS DEFENDEM DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Reforma do setor portuário, a fim de garantir maior agilidade administrativa aos complexos marítimos, foi debatida em congresso

Por Fernanda Balbino



[https://www.atribuna.com.br/imag e/contentid/policy:1.85426:15799 02703/Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e9 99620&q=0.8&w=1500&\\$w=f075 b93](https://www.atribuna.com.br/imag e/contentid/policy:1.85426:15799 02703/Porto.JPG?f=2x1&pf=e9 99620&q=0.8&w=1500&$w=f075 b93)

Descentralização da gestão e flexibilização de contratos foram alguns dos pontos abordados no evento (Carlos Nogueira)

flexibilização de contratos e arrendamentos. Estes foram alguns pontos debatidos por especialistas, que apontam a receita para uma maior eficiência do setor no Brasil. Parte disso será obtido no processo de desestatização das empresas que responsáveis pelos portos de Santos, São Sebastião, no litoral norte, e Vitória (ES).

Maior autonomia para as administrações portuárias, descentralização da gestão e

A necessidade de reformas portuárias foi discutida, nesta quinta-feira (24), no segundo dia do Congresso Nacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES). O evento será concluído nesta sexta-feira (25) e é transmitido pela internet.

“Temos que dotar a autoridade portuária brasileira, seja pública ou privada, de dinamismo e celeridade. Se não estivermos preocupados com isso, a discussão será apenas acadêmica e não terá resultado”, afirmou o presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Julio Castiglioni.

Segundo o executivo, para garantir esse dinamismo no modelo atual, seriam necessárias alterações que atingiriam pontos da Constituição Federal, além das leis de licitação, concessão e de parcerias público-privadas (PPP), resoluções de agências reguladoras e portarias de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU). “Depois, ainda seria preciso mudar a mentalidade de quem julga decisões de gestores das companhias docas”, apontou Castiglioni.

De acordo com o presidente da Codesa, uma audiência pública deverá apresentar à sociedade os avanços dos cerca de 20 meses de estudos sobre a desestatização da empresa. A expectativa é de que o processo seja concluído no ano que vem.

Para o presidente do porto de Suape (PE), Leonardo Cerquinho, a desestatização é uma saída para garantir eficiência aos portos públicos. O executivo aponta, ainda, que os complexos portuários delegados aos estados têm performances muito mais interessante do que os federais.

“Eu realmente acredito que o Governo Federal não deveria estar gerenciando porto nenhum”, afirmou Cerquinho. “Sou defensor de grande descentralização, inclusive dos órgãos de controle”, completou.

Avanços

O presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários, Sérgio Aquino, apontou alguns avanços obtidos com a MP 945, que foi convertida na Lei nº 14.047, publicada no mês passado. Porém, destacou a articulação no Congresso Nacional para a derrubada de vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Entre eles, está o veto à garantia de modicidade das tarifas e da publicidade das tarifas e dos preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários. “Tivemos avanço na melhoria e competitividade do porto público, mas a Fenop entende que tem temas que precisam melhorar”.

O executivo cita a necessidade de revisão do modelo de órgãos gestores de mão de obra, assim como recuperar administração portuária local e prever condomínio privado como uma opção à privatização.

Para o consultor portuário Frederico Bussinger, as alterações propostas pela Lei nº 14.047 são “modestas”. Isto porque as inovações propostas, que incluíam contratações simplificadas, são bem-vindas, mas são pequenas perto do que o setor precisa.

“A autonomia que o poder central brasileiro negou as suas empresas, inclusive federais, terá que dar ao privado. Eu duvido que algum privado tope assumir função de autoridade administradora com nível de regulação que tem aqui”, afirmou Bussinger

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 25/09/2020

EMPRESAS LANÇAM CAMPANHA PRÓ TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

O plano prevê a ligação entre as duas margens do cais santista e, para isso, é necessária a interlocução com os governos federal e estadual

Por ATribuna.com.br



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.85213:1579810207/Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e999620&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.85213:1579810207/Porto.JPG?f=2x1&pf=e999620&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Com um trajeto de 1,7 km, projeto do túnel volta ganhar força entre especialistas portuários (Carlos Nogueira)

Incluir o projeto do túnel Santos-Guarujá no projeto de desestatização da administração da Autoridade Portuária de Santos

ou viabilizá-lo a partir de ou Parceria Público-Privada (PPP). Este é o objetivo da campanha Vou de Túnel, lançada ontem. O plano prevê a ligação entre as duas margens do cais santista e, para isso, é necessária a interlocução com os governos federal e estadual.

Com um trajeto de 1,7 km, o projeto do túnel prevê que a travessia entre Santos e Guarujá seja feita em cinco minutos, com três faixas de rolagem em cada sentido. A ideia é que ele tenha acesso para ciclistas, pedestres e conte com uma via exclusiva para o VLT, reduzindo o tempo de deslocamento com o transporte público. Esta última etapa dependeria de outro investimento.

Para o consultor portuário Casemiro Tércio Carvalho, que é ex-presidente da Autoridade Portuária de Santos, a alternativa mais viável é a inclusão do túnel no processo de desestatização da

empresa que administra o Porto. O executivo faz parte da campanha, que conta com o apoio de mais de 20 empresas, muitas delas que atuam no cais santista. Em sua gestão na estatal que administra o cais santista,

Carvalho demonstrou preocupação com os impactos que a ponte proposta pelo Governo do Estado pode trazer à expansão do cais santista. Por isso, ele aponta o túnel como “a única solução” para a ligação seca. “A gente não pode jogar uma pá de cal no maior porto do Brasil”.

No ano passado, o projeto do túnel foi revisto pela Autoridade Portuária. Com redução de 95% das desapropriações e outras alterações, o valor necessário para a obra caiu de R\$3,8 bilhões para R\$ 2,5 bilhões

De acordo com o professor no Departamento de Geotecnia da Escola de Engenharia de São Carlos (USP), Tarcísio Barreto Celestino, um dos maiores especialistas em túneis do Brasil, serão necessários cerca de dois anos para a construção do túnel.

Porém, neste período, a interdição do canal de navegação será necessária em apenas cinco dias. “Não vamos fazer como Roterdã que começou a fazer pontes e passou a fazer túneis”. Segundo Carvalho, o projeto já conta com uma licença prévia emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Porém, diante das mudanças realizadas no projeto, é necessária uma retificação do documento. “Se eu estou melhorando o projeto anterior, não vejo necessidade de uma nova consulta pública, obviamente os gestores públicos vão avaliar se é pertinente ou não”.

O diretor da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, Eduardo Lustoza, destaca que a população pode se informar e atuar a favor da ligação seca. Basta acessar o site da campanha e assinar a petição eletrônica.

“Na obrigação da engenharia e como cidadão, vamos de túnel por ser a melhor opção. A engenharia tem essa certeza e como portuário há 40 anos, eu também trato o túnel como a melhor solução. E finalizo fazendo uma profecia: se por acaso a ponte for construída por um descuido político, em 15 anos teremos que implodir essa ponte diante dos prejuízos”, afirmou.

Projeto

A deputada federal Rosana Valle (PSB) pediu ao Ministério da Infraestrutura a inclusão do projeto de construção de um túnel ligando as cidades de Santos e Guarujá no processo de desestatização da gestão da Autoridade Portuária de Santos (APS). A modelagem que será adotada é estudada através de um contrato firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Entendo que a empresa, consórcio, pool ou qualquer outro modelo de gestão que venha se consagrar vencedor do provável certame público (se assim também for definido pelo estudo em andamento) para assumir o leme da principal administradora portuária estatal do País poderá arcar com o custeio da almejada obra, que se prenuncia como de fundamental relevância para o progresso e desenvolvimento do Porto de Santos”, destacou a parlamentar.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 25/09/2020



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TRABALHO REMOTO E NOMADISMO DIGITAL SÃO TEMAS DE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Redação Portogente

Inédito no país, evento vai contar com a participação de importantes influenciadores do ecossistema de inovação, empreendedorismo, tecnologia e gestão de pessoas do Brasil e do mundo para discutir o futuro do trabalho

O atual cenário e as perspectivas dos novos modelos de trabalho são o tema da REMOTE Conference, a primeira conferência exclusiva sobre Trabalho Remoto e Nomadismo Digital do Brasil. O objetivo do evento é criar um espaço para a discussão e construção de novas abordagens para essa realidade do trabalho contemporânea. Serão mais de 40 horas de conteúdo apresentados de forma on-line e gratuita nos dias 15 e 16 de outubro.

A possibilidade de trabalhar de qualquer lugar do mundo muda o comportamento das pessoas e influencia uma transformação cultural sem precedentes. O deslocamento casa-trabalho está sendo muito questionado e as paredes dos escritórios começam a migrar para um ambiente híbrido para várias profissões. Em diversos casos elas já não faziam mais sentido e a pandemia do novo coronavírus escancarou ainda mais esse fenômeno do mundo do trabalho no nosso século.

Em países como Estados Unidos, 40% da força de trabalho se declara freelancer e não tem relação direta com uma empresa. A escolha é por motivos de crescimento profissional, flexibilidade e qualidade de vida, diz pesquisa do Freelancers Union de 2018. Analisando a atual realidade da mobilidade em grandes cidade, faz sentido horas de trânsito todos os dias e ter altos custos com transporte, estacionamento, almoço e gasolina?

No Brasil, durante os meses de pandemia, 94% das empresas aprovaram o home office e 74% delas irão manter este modalidade depois do isolamento social acabar, afirma uma pesquisa conduzida pelo professor André Fischer, da FIA.

“Grandes empresas estão sentindo o impacto da atual transformação forçada pela pandemia. Muitas já entenderam que seus profissionais querem um modelo de trabalho híbrido. Poucos querem voltar ao antigo ‘normal’. Criamos um evento para discutir o trabalho remoto que vai trazer experiências inspiradoras e também abordar legislação trabalhista, infraestrutura de trabalho e de cidades, ferramentas digitais e outras questões práticas”, afirma um dos fundadores da Remote Conference, Emiliano Agazzoni.

Empreendedor, gestor sênior de hubs de inovação e especialista em gestão de comunidades, Agazzoni reforça que o evento vai trazer conteúdo tanto para quem é ou quer ser um nômade digital como para aqueles que querem flexibilizar o modelo de trabalho mesmo dentro de corporações.

Mais de 30 palestrantes irão abordar assuntos relacionados ao trabalho remoto, divididos em quatro eixos temáticos: Empresas, Pessoas, Cidades e Prestadores de Serviço.

Entre os palestrantes confirmados estão Cid Torquato, Secretário da pessoa com deficiência da cidade de São Paulo; Tiago Alvez, CEO da Regus Space Brasil; Ana Fontes, Presidente do Instituto Rede Mulher Empreendedora; Guilherme Junqueira, CEO da Gama Academy, além de convidados internacionais como Camilo Olarte, CEO da Lokl e Mathieu Le Roux, da Le Wagon e Tonika Sealy-Thompson, embaixador no Brasil de Barbados, uma das primeiras regiões do mundo a adotar o conceito Travel Bubble e a anunciar o Welcom Stamp para nômades digitais.

Aquisição e retenção de talentos, engajamento e experiência do colaborador, ferramentas e metodologias, cultura organizacional, saúde mental, tecnologia e comportamento, onboarding e desenvolvimento, rotina e desempenho, desafios geracionais, transformação digital e cultural e oportunidades e desafios da desregularização são alguns dos tópicos que serão discutidos.

O evento criado por Agazzoni e por Lucas Foster, referência nacional em Economia Criativa, conta com o patrocínio da Intouchr; o apoio institucional do Instituto Rede Mulher Empreendedora, Forum Inova Cidade, ACATE, Hub Salvador, Visite São Paulo, Inova Prudente, e com parceiros como Regus, Spaces, Natura & Co, Tramos, Selina, Gama Academy, Le Wagon, Beer Or Coffee, LabCriativo, Lokl, Employer Branding Brasil, Canal Maker, BrandGym entre outros.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 25/09/2020

EMPRESAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO ENTREGAM CESTAS BÁSICAS PELO 6º MÊS CONSECUTIVO

ASSCOM CDRJ - Categoria: *Notícias Corporativas*

A ação solidária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e das arrendatárias dos terminais do Porto do Rio de Janeiro, que visa minimizar os impactos socioeconômicos provocados pela pandemia, chegou ao sexto mês. A entrega das cestas básicas de setembro aconteceu nesta quinta-feira (24), beneficiando 105 famílias vulneráveis da comunidade do Caju, bairro circunvizinho ao porto.

As empresas parceiras da CDRJ que colaboram com a causa são: Triunfo Logística, ICTSI Rio Brasil, Píer Mauá, Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ) e Multiterminais. A cada mês, uma empresa é responsável pela compra das cestas e este mês ficou a cargo da CDRJ. A próxima entrega está prevista para o dia 28 de outubro.

As cestas básicas incluem produtos alimentícios, materiais de limpeza e artigos de higiene pessoal em quantidades estimadas para uma família de quatro pessoas. As famílias beneficiadas foram mapeadas a partir do cadastro no Centro de Referência e Atendimento Social (CRAS). A iniciativa da Autoridade Portuária, que mobilizou as demais empresas, começou em abril e prossegue até dezembro.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 25/09/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

MINISTRA MANDA REFAZER NOTA QUE CRITICAVA GUIA ALIMENTAR



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/tereza-cristina-768x432.jpg>

A ministra Tereza Cristina não teria gostado do documento elaborado pelo Ministério da Saúde (Crédito: Isac Nóbrega/PR)

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, pediu aos técnicos da pasta que reformulem a nota sobre o guia alimentar do País. O documento, que causou polêmica na semana passada, pedia ao Ministério da Saúde que removesse trechos com críticas aos alimentos industrializados. A decisão de revisar o conteúdo foi confirmada ao Estadão pela própria ministra.

Na nota, o Mapa classificava o Guia Alimentar Para a População Brasileira como um dos piores do mundo, mas não citava fontes ou evidências científicas como base dessa conclusão. Tereza Cristina devolveu o documento e pediu que seja refeito.

O guia, elaborado pela equipe técnica do Ministério da Saúde – e válido desde 2014, quando a edição mais atualizada foi publicada -, traz diretrizes sobre alimentação adequada e saudável para a população brasileira, com recomendações que privilegiam alimentos in natura ou pouco processados.

Nesta semana, dois cientistas das Universidades de Oxford (Reino Unido) e Harvard (Estados Unidos), autores de um estudo que analisou guias alimentares de dezenas de países, acusaram a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (Abia) de desonestidade, por, segundo eles, usar os resultados de sua pesquisa de forma distorcida para atacar o guia brasileiro.

A Abia endossou parte das críticas do Ministério da Agricultura ao documento e usou como uma das evidências da suposta falta de qualidade das diretrizes brasileiras um estudo internacional publicado neste ano no periódico científico *The British Medical Journal* (BMJ), um dos mais importantes do mundo, que avaliou as consequências da adoção de guias alimentares nacionais na saúde e no meio ambiente.

A pesquisa foi citada em posicionamento oficial da Abia, que pede a revisão do guia. Ao saberem que a pesquisa estava sendo usada para criticar o guia brasileiro, os cientistas divulgaram uma nota de esclarecimento em que afirmam que a declaração da Abia faz uma interpretação “grosseira” e um mau uso da publicação científica de autoria deles.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 25/09/2020

ECONOMIA: GOVERNO JÁ ECONOMIZOU CERCA DE R\$ 1 BI COM TRABALHO REMOTO DE SERVIDOR

Por Marcello Casal Jr./Agência Brasil)

Economia: valor considera a redução de R\$ 859 milhões nos gastos de custeio e de R\$ 161 milhões nos pagamentos de auxílios para os servidores, entre os meses de abril e agosto de 2020

O governo federal já economizou cerca de R\$ 1 bilhão com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia da covid-19, informou nesta sexta-feira o Ministério da Economia. O valor considera a redução de R\$ 859 milhões nos gastos de custeio e de R\$ 161 milhões nos pagamentos de auxílios para os servidores, entre os meses de abril e agosto de 2020.

“Parte dos servidores está em teletrabalho desde o início da pandemia. Fizemos o acompanhamento mensal dos gastos de custeio e verificamos a diminuição em itens como diárias, passagens e despesas com locomoção e também com energia elétrica, água e esgoto”, explica, por meio de nota, o secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, Cristiano Heckert. Segundo ele, os recursos economizados em gastos administrativos podem ser destinados ao atendimento direto da população.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 25/09/2020



EXTRA ONLINE

BR DISTRIBUIDORA TEM MAIOR META DE CBIOS, SEGUIDA POR IPIRANGA E RAÍZEN, DIZ ANP

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A BR Distribuidora BRDT3.SA>, maior companhia de distribuição de combustíveis do Brasil, terá a maior meta de aquisição de créditos de descarbonização (CBio) do país em 2020, conforme estabeleceu nesta sexta-feira publicação da reguladora ANP.

A meta para a BR, na qual a Petrobras tem participação de 37,5%, foi estabelecida em 3,93 milhões de CBios (cada um equivale a uma tonelada de dióxido de carbono que deixa de ser emitido).

O objetivo total para todas as distribuidoras neste ano é de aquisição de 14,53 milhões de CBios, conforme número recentemente revisado pela metade em função dos impactos da pandemia de Covid-19.

Com a definição das metas --antes mesmo de a ANP divulgar os objetivos individuais-- as negociações de CBios dispararam na semana de 16 e 22 de setembro, com as distribuidoras de combustíveis adquirindo 547,6 mil créditos, com preço por unidade variando entre 23,50 e 32 reais, conforme levantamento da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

A associação representa usinas de etanol, as principais emissoras dos CBios, que também podem ser lançados por produtores de biodiesel.

A BR, na qual a Petrobras quer vender a fatia remanescente, é seguida pela Ipiranga, do grupo Ultrapar, com uma meta de 2,88 milhões de CBios em 2020.

Em terceiro, a Raízen Combustíveis (joint venture da Cosan com a Shell) teve meta de 2,6 milhões de CBios para adquirir até o final do ano.

A Alesat Combustíveis, na qual a Glencore adquiriu participação majoritária em 2018, aparece em quarto, com cerca de 498 mil CBios a serem adquiridos.

A ANP estabeleceu meta de 366,4 mil CBios para a Petróleo Sabbá. Já a Ciapetro Distribuidora teve fixado um objetivo de 258,5 mil créditos, enquanto a Atem's Distribuidora terá de comprar 247,8 mil CBios.

Já Rodoil, na qual a multinacional Vitol detém participação, terá de comprar 176,8 mil CBios. A Total Distribuidora tem meta de 101,7 mil Cbios.

De acordo com a legislação, as metas globais anuais de descarbonização no âmbito da política nacional de biocombustíveis, o programa RenovaBio, são definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e as individuais pela ANP.

O cálculo das metas foi realizado conforme participação de mercado do distribuidor nas emissões totais oriundas de combustíveis fósseis.

Veja mais sobre o assunto:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-anp-n-797-de-24-de-setembro-de-2020-279453170>

<http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/resol-anp/2019/junho&item=ranp-791-2019>

Fonte : *Extra Online*

Data : 25/09/2020

PETROBRAS FECHA COM WHITE MARTINS VENDA DE FATIA DE 40% NA GÁSLOCAL

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras informou nesta sexta-feira que assinou contratos com a White Martins para a venda da participação de 40% da estatal na empresa GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás (GásLocal), que atua no setor de distribuição e transporte de gás natural liquefeito por meio de carretas criogênicas.

O acordo envolve o encerramento de pendências societárias, de arbitragem e temas em discussão judicial referentes às operações da GásLocal.

Além disso, prevê ajustes nas condições comerciais para o fornecimento de gás, pela Petrobras, na qualidade de consorciada do Consórcio Gemini, formado entre Petrobras, White Martins e a Gás Local, até o final de 2023.

O valor da negociação, sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, não foi divulgado. A GásLocal tem sede no Estado de São Paulo.

Fonte : Extra Online

Data : 25/09/2020

PETROBRAS INICIA PROCESSO DE VENDA FATIAS EM ALBACORA E ALBACORA LESTE

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras PETR4.SA> informou nesta sexta-feira o início do processo de venda da totalidade de suas participações nas concessões Albacora e Albacora Leste, localizadas em águas profundas na Bacia de Campos.

A operação está alinhada à estratégia de otimização de portfólio e melhoria de alocação do capital da companhia, que busca concentrar cada vez mais os seus recursos no pré-sal, disse a empresa.

O campo de Albacora, no qual a Petrobras detém 100% de participação, possui uma área de 455 quilômetros quadrados e está situado ao norte de Campos, em lâmina d'água que varia de 100 a 1.050 metros, a uma distância de cerca de 110 km do Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro.

Em agosto de 2020, Albacora produziu 38,7 mil barris de óleo por dia e 716 mil m³/dia de gás.

O campo de Albacora Leste possui uma área de 511,56 quilômetros quadrados, em lâmina d'água que varia de 1.000 a 2.150 metros, a uma distância de cerca de 120 km do Cabo de São Tomé.

Em agosto de 2020, Albacora Leste produziu 33,3 mil barris de óleo por dia e 707 mil m³/dia de gás. A Petrobras é operadora do campo com 90% de participação e os 10% restantes pertencem à Repsol Sinopec Brasil.

Fonte : Extra Online

Data : 25/09/2020

SANTOS BRASIL APROVA PREÇO DE R\$4,10 POR AÇÃO EM OFERTA

SÃO PAULO (Reuters) - A operadora logística Santos Brasil aprovou preço de 4,10 reais por ação em sua oferta restrita, ampliando o capital em cerca de 790 milhões de reais, segundo comunicado divulgado ao mercado nesta sexta-feira.

As novas ações emitidas, 192.680.000, começam a ser negociadas na segunda-feira, na B3. O papel fechou na véspera a 4,34 reais.

A operação foi coordenada por BTG Pactual, Morgan Stanley, XP Investimentos e Goldman Sachs e poderia ter sido ampliada em até 35% do total inicialmente ofertado.

A companhia disse que pretende utilizar os recursos para participar em novos arrendamentos de ativos portuários e verticalizar e integrar a cadeia logística portuária a partir da plataforma da Santos Brasil Logística, bem como ampliar a participação na movimentação brasileira de contêineres.

Fonte : Extra Online

Data : 25/09/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS VAI VENDER ALBACORA E ALBACORA LESTE

Por epbr - 25 de setembro de 2020 - Em Fusões e Aquisições, Mercado, Mercado offshore, Projetos

A Petrobras anunciou nesta sexta (25) que vai vender 100% da sua participação nos campos de Albacora e Albacora Leste, em águas profundas da Bacia de Campos. A empresa estima que os dois campos tenham produzido, respectivamente, 43 Mboe/d e 34 Mboe/d de um volume total de 4,4 Bbbl e 3,8 Bbbl.

O campo de Albacora começou a produzir em 1987 e a venda inclui duas plataformas de produção e processamento, a semissubmersível P-25 e o FPSO P-31.

Albacora Leste começou a produzir em 2006 a partir do FPSO P-50, que ficou marcada como a plataforma da autossuficiência do Brasil em petróleo.

Os dois campos serão vendidos com as infraestruturas de produção e escoamento

A Repsol possui participação de 10% no campo de Albacora.

Em maio, anunciou descoberta de óleo leve em cerca de 214 metros de reservatórios no prospecto de Forno, no campo de Albacora. A estatal comprovou a existência dos reservatórios a partir de testes realizados a partir de 4.630 m de profundidade.

A Petrobras chegou a programar um Teste de Longa Duração (TLD) para o poço de Forno, que seria feito pelo FPSO Cidade de Rio das Ostras.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/09/2020

LEILÃO DE FERROVIA COM GREEN BONDS PROGRAMADO PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Por Gabriel Chiappini - 24 de setembro de 2020 - Em Transição energética

O Ministério da Infraestrutura planeja realizar o leilão da Ferrogrão e do primeiro trecho da Fioel (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) no primeiro trimestre do ano que vem. As ferrovias, ao lado da Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste), estão na fase final de certificação como projetos verdes, podendo emitir green bonds para captar financiamento no mercado.

A certificação das ferrovias é o primeiro resultado do acordo firmado, em 2019, entre o Ministro Tarcísio de Freitas e o Climate Bonds Initiative (CBI), que monitora o mercado e atua na criação de regras, e na aproximação entre investidores e desenvolvedores de projetos verdes.

“Esperamos ter a certificação desses projetos antes do leilão, até o fim do ano. Estamos aguardando a verificação externa, por uma auditoria de verificação independente”, contou o subsecretário de sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Mateus Salomé, à epbr.

Os investimentos estimados na implantação das rodovias são de R\$ 20 bilhões. A ideia é que os futuros concessionários tenham mais uma alternativa de captação de recursos, até mesmo com custos menores.

Uma vez certificados, os projetos categorizados como verdes necessitam atender a alguns critérios para serem implementados. Entre eles, não emitir mais de 25 gramas de CO2 equivalente por tonelada transportada; que menos de 50% da carga total da ferrovia seja de combustíveis fósseis; e demonstrar um ganho em relação à mudança de modal, quando avaliada a emissão de gases do efeito estufa.

“De acordo com nossos levantamentos, teria uma redução entre 70 e 80%” do total de CO2 emitidos pelos trechos da Ferrogrão, Fico e Fiol, em relação ao modal rodoviário. O número exato, ainda terá a verificação externa”, explica Salomé.

As ferrovias são projetadas para escoar, majoritariamente, a produção de grãos e minérios do interior do país para exportação.

Outro critério para emissão de green bonds é a transparência em relação ao destino dos recursos obtidos com os títulos verdes, que obrigatoriamente devem ser direcionados para o projeto classificado como verde.

“Tem que ter relatórios de pós emissão para mostrar como está o desempenho do projeto, e que os recursos estão sendo direcionados para o projeto. É um processo um pouco mais transparente que os títulos convencionais”, afirmou Salomé.

Conheça os projetos

Com 933 km de extensão, a Ferrogrão ligará Sinop, no norte do Mato Grosso ao Porto de Miritituba, no Pará, fazendo o escoamento da produção de milho e soja e o transporte de fertilizantes até o Centro-Oeste, além da possibilidade de transporte de minério.

“Na Ferrogrão existe um potencial de carga principalmente agrícola, no sentido exportação, e no sentido importação, de insumos agrícolas. No norte do Mato Grosso também existem mineradoras”, explica Mateus Samolé.

A Fiol ligará a Ferrovia Norte- Sul, no Tocantins, até o porto de Ilhéus, na Bahia. Ela se divide em três trechos (Fiol 1,2 e 3). Hoje, o trecho que está para ser concedido é o da Fiol 1, que liga Ilhéus a Caetité, Bahia, com 537,2 km de extensão.

Caetité é uma região mineradora, mas a integração completa com os trechos 2 e 3, poderá escoar a produção de grãos no Oeste da Bahia.

A Fico também se divide em três trechos e conecta Goiás e Mato Grosso a Rondônia, com 1.641 km de extensão. Por enquanto, apenas o primeiro trecho está sendo construído.

“A Fico 1 vai de Mara Rosa (Goiás) a Água Boa (Mato Grosso), trecho que hoje está sendo construído pela Vale, com base na outorga cruzada. Nós só iremos conceder ela a partir do momento em que ela for construída”, disse o subsecretário.

“Estamos fazendo as renovações antecipadas das concessionárias ferroviárias. A Vale possui as ferrovias Carajás e Vitória – Minas. Na renovação antecipada da Vitória-Minas, a Vale vai construir como obra pública o primeiro trecho da Fico, da Ferrovia Norte-Sul até Agua Boa, mas assim que construída, essa é uma obra pública”, explica.

Investimento estrangeiro

O governo federal espera atrair investidores internacionais com esta carteira de concessões “green bonds”.

“Um exemplo é a emissão de títulos da Rumo. Emitiram US\$ 500 bilhões em green bonds e tiveram uma demanda de cinco vezes os títulos que eles tinham colocado (...) No caso do road show da Ferrogrão, nunca houve uma demanda tão grande no PPI por um projeto. Existe uma demanda muito grande por projetos no Brasil. E mais que isso existe uma demanda por títulos verdes”, disse Salomé.

Segundo ele, estudos do Banco Mundial indicam que o potencial de mercado de green bonds no Brasil é de mais de US\$ 1,3 trilhões, até 2030.

Rose Hoffman, secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia, acredita que o green bonds dão credibilidade ao projeto sendo capazes de atrair esses investimentos.

“Os green bonds vêm como um selo de qualidade do projeto (...) Muita gente pensa que a Ferrogrão vai atingir unidades de conservação. Temos que desmitificar essa visão. A maior parte do projeto está em áreas agrícolas e a 4 km ou 7 km [de distância] de terras indígenas”, explicou Hoffman.

“Temos feito um esforço muito grande para demonstrar que não há um afrouxamento de medidas de conservação e proteção ambiental”, concluiu.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/09/2020

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA QUER ENQUADRAR PORTOS E AEROPORTOS PARA EMISSÃO DE GREEN BONDS

Por Gabriel Chiappini - 24 de setembro de 2020 - Em Transição energética

O Ministério de Infraestrutura espera enquadrar como verdes os projetos de concessão de portos e aeroportos. A ideia é repetir o trabalho que o órgão vem fazendo ao lado do Climate Bonds Initiative (CBI) na certificação de ferrovias para emissão de green bonds.

“O CBI tem esperança que até fim do ano tenha critérios para projetos portuários. Temos acompanhado esse assunto, para que possamos também fazer esse processo no setor portuário, de navegação, e também no setor aeroportuário”, contou o subsecretário de sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Mateus Salomé.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, chegou a afirmar que a pasta pretende realizar a concessão de mais 43 aeroportos, hoje sob responsabilidade da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), a partir de março de 2021.

Atualmente, o ministério vem fazendo o arrendamento de diversos terminais portuários e a desestatização dos portos, além de ter enviado à Câmara dos Deputados o projeto BR do Mar, que pretende aumentar a oferta da cabotagem e dobrar o volume de contêineres transportados, por ano, até 2022, em relação a 2019.

O enquadramento para emissão de títulos verdes nos portos ainda está em fase de estudos. “Mesmo sem a categorização de green bonds, queremos trazer essas variáveis sustentáveis para dentro de todos os setores em que atuamos”, explica Salomé.

Hidroviás também estão na mira do ministério.

“A hidrovía por si só seria sustentável. Temos uma parceria internacional com o Banco Mundial para estudar alternativas de gestão de duas hidrovias, no Rio Madeira [Porto Velho-Rio Amazonas] e o Tapajós”.

Ministério de Desenvolvimento Regional também firma acordo com CBI

No início deste mês, o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) assinou memorando com CBI para promover o uso de títulos verdes no financiamento de projetos sustentáveis de mobilidade urbana e saneamento.

“Nossa visão é formatarmos uma carteira de investimentos com o viés da sustentabilidade (...) Temos a preocupação de atrair parcerias para enfrentar os grandes desafios que o Brasil tem pela frente, como a universalização do tratamento de esgoto e água, a revitalização das nossas bacias hidrográficas e obras de mobilidade e de habitação”, afirmou o ministro Rogério Marinho, na cerimônia de assinatura.

“Esse acordo que assinamos hoje é essencial nesse processo, pois vai permitir que certifiquemos a nossa carteira. Com isso, os investidores interessados em trabalhar conosco poderão emitir títulos verdes para financiar suas atividades. Isso vai dar maior competitividade e maior relevância às nossas ações”, concluiu o ministro.

Leilão de ferrovia com green bonds programado para o primeiro trimestre de 2021

Para Rose Hoffman, secretária de Apoio ao Licenciamento e Desapropriações do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia, o setor de saneamento básico é uma das grandes oportunidades de investimento em infraestrutura verde no Brasil, depois de aprovado, em julho deste ano, o novo marco legal que garantiu a abertura do mercado no segmento.

“O saneamento é um segmento muito mais propício para o investimento, uma vez que ele é naturalmente verde. Além disso, no Brasil, tem um fator muito importante e atrativo, que é a escala, considerando que grande parte do país não possui saneamento, o que abre um potencial de investimento muito grande”, afirma Hoffman.

A diretora executiva da Climate Bonds Initiative, Justine Leigh-Bell, destacou o papel de destaque do Brasil na região, quando se fala em mercado de green bonds.

“O Brasil tem um papel de liderança na América Latina no mercado de Green bonds, não somente doméstico, como internacional. (...) O País tem à sua disposição os últimos recursos ambientais intocáveis do mundo. É um diferencial econômico e uma oportunidade de certificar projetos com o foco sustentável para atender à demanda que cresce cada vez mais no mercado internacional”, avalia Leigh-Bell.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 25/09/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

BOLSONARO SANCIONA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

Prorrogação deve beneficiar operações que valem R\$ 424,9 milhões

Por Gabriel Shinohara



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24660546-b97-e11/FT1086A/652/86887670_EC-Rio-de-Janeiro-RJ-06-02-2020Surto-do-novo-coronavirus-na-China-prejudica-o-comercio-e.jpg

Segundo o governo, prorrogação dá mais competitividade para o mercado Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

para empresas exportadoras, até 2021. Originalmente uma Medida Provisória, o texto foi aprovado pelo Senado no fim de agosto.

O “drawback” permite a isenção ou redução de tributos às exportadoras sobre insumos importados usados na produção de mercadorias que, em seguida, serão vendidas a outros países.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, 325 atos de drawback venceriam esse ano e teriam compras autorizadas na ordem de US\$ 942,3 milhões. Desse valor, US\$ 424,9 milhões são as operações que poderão ocorrer em 2021 por causa da prorrogação.

A MP 960 foi editada no dia 4 de abril e era uma das iniciativas do governo para mitigar o impacto da pandemia do coronavírus na economia brasileira. De acordo com o Ministério da Economia, essa extensão permite que as empresas brasileiras consigam repor o estoque de insumos dentro do prazo sem comprometer o capital de giro.

“Esses regimes conferem maior competitividade aos exportadores brasileiros, desonerando de tributos as importações e aquisições locais de insumos utilizados na produção de bens destinados ao mercado externo”, diz a nota do Ministério.

Fonte : O Globo - RJ
Data : 25/09/2020

SUSPENSÃO DO AUMENTO DE PROCURADORES DA AGU É RESULTADO DA PRESSÃO DA SOCIEDADE, DIZ ESPECIALISTA DA ONG CONTAS ABERTAS

Gil Castello Branco, fundador da instituição que fiscaliza gastos públicas, diz que promoção abre precedente para outras categorias, e que governo parece 'babel'

Por Pedro Capetti



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/15040091-5fe-72c/FT1086A/652/xGil_Castello_Branco_carinha_20150113-123551.jpg.pagespeed.ic.2MUyW2RzC3.jpg

Gil Castello Branco Foto: Givaldo Barbosa / O Globo

RIO - A decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) de suspender a promoção de 607 procuradores federais que havia sido autorizada na semana passada é vista como positiva pelo economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da ONG Contas Abertas.

Em entrevista ao GLOBO, ele afirma que os procuradores voltaram atrás "não por índole, mas por temor das críticas e em decorrência de pressão da sociedade."

O economista alerta que o movimento tentado pela AGU, assim como o aumento aprovado pelo Senado para bombeiros e policiais militares do Distrito Federal esta semana, abre precedentes para outras categorias do serviço público tentarem promoções e ganhos salariais em um momento de crise e desequilíbrio das contas públicas.

- Onde passa um boi passa a boiada. Abre-se um precedente que, amanhã, poderá ser cobrado por policiais de outros estados e por outras categorias. No caso da AGU, desperta o interesse (de aumento) em outras categorias que atuam em carreiras semelhantes - afirma.

Para o economista, a falta de sintonia entre integrantes do Planalto e da equipe econômica, comandada pelo ministro Paulo Guedes, pode atrapalhar a tramitação da reforma administrativa.

Para ele, as medidas de aumentos salariais para a cúpula dos servidores públicos agravam ainda mais o quadro de falta de credibilidade do governo perante investidores e a sociedade.

Como o senhor avalia a decisão?

Era uma medida que ia na contramão do que o governo está propondo, de conter despesas obrigatórias, algo que a reforma administrativa prevê.

Por conta da pandemia, foram suspensas novas contratações, reajustes de salários por dois anos. O problema é que o governo parece uma babel, cada um fala uma linguagem.

A (pasta da) Economia diz uma coisa, outros setores dizem outra completamente diferente. É uma Torre de Babel.

“O problema é que o governo parece uma babel, cada um fala uma linguagem”

GIL CASTELLO BRANCO
líder da ONG Contas Abertas

A repercussão foi negativa, e eles voltaram atrás, não por índole, mas por temor das críticas e em decorrência de pressão da sociedade, de indignação com essa notícia. Em síntese, manteve-se o que seria correto.

O que foi feito na AGU abre brecha para outras categorias tentarem aumentos pelo mesmo mecanismo da promoção?

A minha preocupação é essa. Estamos num ano de eleições, ano que vem já será o ano que antecede a grande eleição (nacional).

Esta semana tivemos a situação (reajuste salarial aprovado pelo Senado) dos bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, que já ganham mais que o dobro da média da categoria.

Onde passa um boi passa a boiada, e abre-se um precedente que, amanhã, poderá ser cobrado por policiais de outros estados e por outras categorias. No caso da AGU, desperta o interesse de outras categorias que atuam em carreiras semelhantes.

Essas concessões e favorecimentos, de um ou outro setor, apenas por pressão, são descabidos, inoportunos e injustos. Abre-se um precedente perigoso em aumentar a despesa com pessoal, tudo o que a área econômica está tentando reduzir.

Como coibir essas promoções?

A primeira injustiça da reforma administrativa é não abranger as cúpulas do Judiciário e do Legislativo, nas quais estão as maiores remunerações em decorrência de penduricalhos, férias de

60 dias, decisões retroativas que geram uma espécie de conta corrente onde juiz ou desembargador tem sempre algo a receber quando o caixa melhora.

A reforma deveria começar por aí, pelas super-remunerações às custas de penduricalhos. Vejo com bons olhos, mas não sei se irá prosperar, a tentativa do relator do Orçamento (deputado) Márcio Bittar (MDB-AC), também relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, que a PEC abrangeria parte dos supersalários.

“Falta coerência, parece um cabo de guerra. A economia vai para um lado, outros segmentos, até de dentro da Presidência, puxam para outro”

GIL CASTELO BRANCO
líder da ONG Contas Abertas

A proposta existe, mas não avança por contrariar interesses da parte de cima da República.

Está faltando afinidade entre o discurso e a prática no governo?

Falta coerência, parece um cabo de guerra. A economia vai para um lado, outros segmentos, até de dentro da Presidência, puxam para outro.

Paulo Guedes não tem uma situação tranquila. Apesar de tudo que ele diz, há setores (no governo) que tentam fazer o contrário.

Esse caso da AGU não foi à frente pois houve uma repercussão negativa. O governo, que vive em função de sua popularidade, viu que seria um desastre, mas a medida chegou a ser anunciada.

É mais uma dessas incoerências que ninguém aceita, ainda mais num momento de pandemia.

Já há alguns indicadores de que o mercado está precificando se o país vai aprovar as reformas, se o país vai caminhar na trilha da responsabilidade fiscal.

A inflação está começando a se acelerar em gêneros alimentícios. Isso é reflexo de uma sensação de falta de segurança, de (falta de) previsibilidade. Não se sabe se na próxima quinzena o ministro da Economia será o mesmo.

Toda vez que acontece um fato como esse, ainda que tenha sido revogado, há repercussões, passa uma péssima imagem de que eles tentaram (aumentar os salários). Os militares e bombeiros conseguiram.

Pensa em concurso público? Saiba o que muda para novos servidores com a reforma administrativa

Quais os impactos dessa falta de credibilidade?

Essa falta de credibilidade tem repercussões imediatas, da moeda que mais se desvalorizou entre os emergentes, dos juros futuros elevados, com o governo com dificuldade em rolar a dívida, a inflação que começa a se manifestar de forma mais incisiva em alguns setores, como alimentação.

A Bolsa não vive mais o momento de 100 mil pontos, tudo é reflexo da falta de credibilidade e da insegurança sobre o que será efetivamente feito.

Quando se pensa que algo está indo para o bom caminho surgem fatos como esse, que podem ser pequenos, mas não são bons indicativos.

Não é a carreira do terceiro ou quarto escalão, é a AGU, que fica dentro do Palácio do Planalto. Essas e outras atitudes mostram que o presidente não está disposto a atuar de forma uniforme, mas sim privilegiar militares ou outros segmentos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/09/2020

CHANCELER BRASILEIRO AFIRMA QUE ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA É DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Segundo Ernesto Araújo, preocupação com o meio ambiente ficará clara para os parlamentos europeus

Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA – Em meio à ameaça de não ser respaldado pelos governos de alguns países da região, como a França, devido à expansão do desmatamento da floresta amazônica, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse nesta quinta-feira que o tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia é um acordo de proteção ambiental.

- Também é um acordo de proteção ambiental, porque reitera cláusulas ambientais de outros acordos, como o Acordo de Paris – afirmou o chanceler, durante audiência pública realizada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

O Acordo de Paris é um tratado para conter o aquecimento global no âmbito das Nações Unidas e que prevê medidas de queda de emissão de gases que provocam efeito estufa a partir de 2020. Esse compromisso está previsto nas negociações entre Mercosul e UE.

As negociações entre os dois blocos regionais foram concluídas em meados do ano passado. A fase atual é de revisão jurídica, para que os representantes dos países e seus respectivos parlamentos possam votar o acordo até o fim deste ano, ou no início do 2021, segundo previsão do Itamaraty.

- Os parlamentos europeus terão oportunidade de analisar o que é o acordo para além dos clichês e das falsas premissas. Ficará claro que é um acordo bom para o meio ambiente – disse o ministro.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/09/2020

BID LIBERA US\$ 750 MILHÕES PARA BNDES APOIAR MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS CONTRA CRISE DO CORONAVÍRUS

Soma, equivalente a R\$ 4 bilhões, será usada para ofertar crédito a companhias e ajudá-las a manter suas operações sem cortar pessoal

O Globo

RIO - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai liberar para o BNDES US\$ 750 milhões (cerca de R\$ 4 bilhões) para ajudar na recuperação econômica das micro, pequenas e médias empresas afetadas pela crise gerada com a pandemia de coronavírus.

Segundo o banco, a projeção é que a soma beneficie mais de 11 mil empresas desse porte afetadas pela crise.

Os recursos do programa servirão para autorizar créditos às companhias por meio da rede de Instituições Financeiras Credenciadas ao BNDES. O objetivo é aliviar a escassez de capital a curto prazo, superar problemas temporários de liquidez e permitir que cada empresa dê continuidade à sua operação, evitando o desemprego.

O empréstimo também visa à recuperação do investimento produtivo e a facilitar a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, bens e serviços para a produção.

Segundo pesquisa do Sebrae, com a pandemia, 88,9% dos empresários brasileiros tiveram queda semanal de 69% nas receitas, em média. Além disso, 58,9% interromperam temporariamente seu funcionamento e 68,1% afirmam precisar de financiamento para manter a empresa funcionando sem reduzir o número de funcionários.

O empréstimo tem prazo de 25 anos, com um período de carência de 5 anos e meio e taxa de juros baseada na Libor (sigla para London Interbank Offered Rate, taxa referencial utilizada para o cálculo de grandes empréstimos realizados entre instituições financeiras).

Para as empresas, as condições variam conforme análise de crédito junto ao BNDES.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/09/2020

APÓS CASO AGU, PARLAMENTARES ARTICULAM INCLUIR SERVIDORES ATUAIS NA REFORMA ADMINISTRATIVA

Proposta do governo prevê fim de promoções automáticas, mas blinda procuradores e juízes, e só vale para contratações após aprovação do projeto

Por Leandro Prazeres, Naira Trindade, Geralda Doca, Marcello Corrêa e Gabriel Shinohara e Pedro Capetti

BRASÍLIA E RIO - Depois do caso envolvendo a promoção de 607 procuradores federais da Advocacia-Geral da União (AGU), ganhou força entre parlamentares projetos que aumentam o escopo da reforma administrativa. O texto encaminhado ao Congresso no início do mês prevê o fim das promoções automáticas, mas blinda membros de Poderes, como procuradores e juízes, e só vale para servidores que forem contratados depois que as novas regras entrarem em vigor.

Mas parlamentares podem alterar o texto para incluir outros Poderes no escopo da reforma. A ideia é defendida pelo deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), coordenador da frente parlamentar pela reforma administrativa.

Segundo ele, a promoção em massa que aconteceu na AGU pode ajudar a angariar apoio popular para uma reforma que atinja os atuais servidores, inclusive os que já estão no topo das carreiras.

— Uma das vedações que a reforma traz é justamente a promoções automáticas por tempo de serviço. Só que essa vedação só está para novos servidores. Se a PEC estivesse em vigor e nós já tivéssemos esse instrumento, também para os atuais servidores, isso não aconteceria.

Segundo o parlamentar, o fato de o procurador-geral suspender as promoções e do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), ter apresentado um decreto para sustar a medida podem indicar que o governo estaria disposto a estender essas vedações para os atuais servidores.

Além do caso da AGU, o movimento Livres e o deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) levantaram que, em janeiro, procuradores e subprocuradores do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho embolsaram mais de R\$ 15 milhões em auxílios, como alimentação, transporte, moradia e creche.

O deputado da Paraíba apresentou uma emenda ao projeto da reforma administrativa para acabar com esses “penduricalhos” para todos os servidores que ganham mais que 25% dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), algo em torno de R\$ 10 mil.

— Uma das minhas grandes discordâncias é não ter a camada de cima da reforma. Como você faz uma reforma administrativa e exclui justamente quem mais tem? É um sinal que, de fato, estamos num país da desigualdade de maneira escancarada.

Na visão do parlamentar, a promoção dos servidores da AGU para o topo da carreira pode ajudar a fomentar apoio para a reforma.

— É muito equivocado você imaginar que as pessoas não estão antenadas, acompanhando, e não estão ficando cada vez mais enojadas com tudo isso. Estamos no meio de uma pandemia, tanta gente perdendo 100% da renda, numa crise gigantesca, Brasil com dificuldade enorme de poder funcionar, muita gente sem emprego e, no meio disso tudo, o poder público não consegue se conectar minimamente com a realidade.

Pressão contra de todos os lados

Após forte pressão do Palácio do Planalto, do Congresso, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da sociedade, a Advocacia-Geral da União (AGU) suspendeu nesta quinta-feira a promoção de mais de 600 procuradores federais, que passariam a ganhar R\$ 27,3 mil, em meio à pandemia.

Não bastasse o número de pessoas promovidas de uma só vez, o movimento ocorreu em meio às discussões da reforma administrativa, que busca, justamente, tentar acabar com promoções automáticas e reduzir as diferenças entre as carreiras do setor público e privado.

Embora a AGU negue nos bastidores que tenha sofrido qualquer pressão para rever sua decisão, logo pela manhã, antes mesmo de embarcar para Resende (RJ), o presidente Jair Bolsonaro autorizou o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, a entrar com um decreto legislativo para sustar a medida.

No Palácio do Planalto, a avaliação é que o governo errou ao não suspender antecipadamente as promoções dos servidores. Segundo interlocutores de Bolsonaro, as promoções já estavam programadas, mas não deveriam ocorrer neste momento de pandemia. Foi uma “bola fora” não ter lidado com a questão antes de ela virar um problema.

A suspensão foi determinada pelo procurador-geral federal Leonardo Silva Lima Fernandes, o mesmo que autorizou as promoções na semana passada. Em despacho assinado por ele, as promoções teriam sido realizadas de forma legal, mas seriam suspensas por razões de “conveniência e oportunidade”.

Antes da desistência da AGU se tornar pública, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) já tinha pedido a suspensão do pagamento do reajuste. Segundo o procurador responsável pelo pedido, Lucas Furtado, a promoção e o aumento destinado ao grupo em meio à crise econômica, além de ilegais, “constrangem” a sociedade brasileira.

O pedido de Furtado encontrou respaldo imediato entre ministros do TCU que, de forma reservada, consideraram “um escândalo” a promoção de uma única vez. Já o recuo da AGU, foi avaliado como razoável, segundo um ministro.

Foram promovidos 607 procuradores, um salto considerável em comparação com os 83 promovidos em 2019. Com a progressão, 3.489 ou 92% dos 3.738 procuradores federais da AGU atingiriam o topo da carreira.

‘Distorção gravíssima’

Na quinta-feira pela manhã, antes da suspensão da medida, a economista Ana Carla Abrão, da Oliver Wyman no Brasil, classificou a promoção como “distorção gravíssima”. Ela participou do seminário “E Agora, Brasil?” sobre a reforma administrativa, uma realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas Federações.

— Há distorções gravíssimas no modelo atual, como as promoções que foram feitas na AGU e outras situações inaceitáveis, como férias de 60 dias — frisou Ana Carla, que avalia que a estrutura atual da máquina pública perpetua o mais grave problema do país, a desigualdade.

Para Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Haitong, a promoção, ainda que cancelada, gera ruídos:

— Isso atrapalha as discussões das reformas. Somos uma caixa de distorções.

O líder Ricardo Barros também chegou a apresentar um projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar os efeitos da portaria da AGU. “Diante do grave quadro de pandemia global e do cenário de ajuste fiscal no Brasil, essa promoção se mostra inoportuna e revela preocupante distanciamento social por parte de quem a editou”, disse Barros em nota.

No Ministério da Economia, a avaliação é que o episódio reforça a necessidade da reforma administrativa e de se incluir na Constituição a proibição às promoções e progressões automáticas.

Com a legislação atual, situações semelhantes podem ocorrer em outros órgãos que são livres para conceder promoções, desde que o custo com os reajustes caiba no orçamento da instituição.

Foi justamente essa a justificativa dada pela AGU quando questionada: “os recursos para efetivação das promoções são previstos na lei orçamentária anual”. Procurada, a AGU disse, em nota, que o advogado-geral da União, José Levi, não interferiu seja na promoção dos procuradores, seja no recuo anunciado nesta quinta-feira:

“O Advogado-Geral da União não interferiu no assunto, seja no fazer, seja no desfazer, porque o assunto é da autonomia interna da Procuradoria-Geral Federal. Prestar contas às estruturas internas e externas de controle é um dever diuturno da Administração Pública”.

“Foi neste contexto que a PGF, ao natural, houve por bem rever as promoções e, a seguir, prestar os devidos subsídios ao TCU se e quando demandada nos termos da representação”, continua a nota.

Na avaliação do presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues, o recuo sobre as promoções foi um mau sinal.

— Se os procedimentos para a promoção foram todos legais, não havia motivos para voltar atrás. Obviamente, esse recuo aconteceu por conta da repercussão negativa da medida, mas isso é muito temerário. Temos certeza de que se recorrermos à Justiça, ganhamos a causa. — disse Rodrigues.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 25/09/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS INICIA DIVULGAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE VENDA DE FATIAS NA BACIA DE CAMPOS

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação de oportunidade (teaser) para a venda de suas participações nas concessões de Albacora e Albacora Leste, ambas localizadas em águas

profundas na Bacia de Campos. O teaser, que contém as principais informações sobre a venda, foi publicado no site de relações com investidores da empresa.

De acordo com a companhia, o campo de Albacora tem área de 455 quilômetros quadrados, e está na área norte da Bacia de Campos, em lâmina d'água que varia de 100 a 1.050 metros, localizado a 110 quilômetros do Cabo de São Tomé, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. A produção diária em agosto foi de 38,7 mil barris de óleo, e de 716 mil metros cúbicos de gás natural. A Petrobras é operadora do campo, com 100% de participação.

Já Albacora Leste tem área de 511,56 quilômetros quadrados e está em lâmina d'água de 1.000 a 2.150 metros. Em agosto, produziu 33,3 mil barris de óleo por dia, e 707 mil metros cúbicos de gás. A Petrobras opera o campo com 90% de participação. Os 10% restantes pertencem à Repsol Sinopec Brasil.

Gás

A Petrobras também informa que assinou contratos com a White Martins Gases Industriais englobando venda da participação de 40% da estatal na empresa GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda (Gás Local); um acordo de encerramento de pendências societárias, de arbitragem e temas em discussão judicial referentes às operações da Gás Local; e ajustes nas condições comerciais para o fornecimento de gás, pela Petrobras, na qualidade de consorciada do Consórcio Gemini, formado entre Petrobras, White Martins e a Gás Local, até o final de 2023.

Em comunicado enviado ao mercado, a empresa diz que o fechamento das transações está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/09/2020

CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO AVANÇA A 91,5 PONTOS EM SETEMBRO, REVELA FGV



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/06/77-1-768x432.jpg>

Certa estabilização do cenário de pandemia trouxe algum alívio para os empresários da construção (Crédito: Divulgação)

O Índice de Confiança da Construção (ICST) ganhou tração pela quinta vez seguida em setembro, ao subir aos 91,5 pontos, de 87,8 em agosto, na série com ajuste sazonal. Os dados foram publicados nesta sexta-feira, 25, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A média do indicador no terceiro trimestre ficou em 87,7 – 17,7 pontos acima dos 70,0 registrados nos três meses de abril a junho.

“A confiança do setor da construção retornou à zona de pessimismo moderado em que se encontrava antes da pandemia”, explica, em nota, a coordenadora de Projetos da Construção do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Ana Maria Castelo. O dado de setembro continua abaixo do registrado em fevereiro, último mês menos afetado pela pandemia de coronavírus (92,8).

O aumento da confiança de setembro foi puxado pela melhora da percepção de empresários do setor sobre a situação corrente. O Índice de Situação Atual (ISA) cresceu 4,6 pontos, para 86,4, apenas 0,3 ponto abaixo do registrado em fevereiro (86,7). Nas aberturas, o indicador de carteira

de contratos subiu 4,7 pontos, para 84,5, e o de situação atual dos negócios cresceu 4,4 pontos, para 88,4.

O Índice de Expectativas (IE) subiu 2,7 pontos, para 96,8, ainda 2,2 pontos abaixo de fevereiro (99,0). Houve aumento de 2,8 pontos no componente de demanda prevista e de 2,7 pontos no indicador de tendência dos negócios. Ambos atingiram o nível de 96,8 pontos.

“A percepção dominante é de recuperação da atividade e de crescimento dos negócios, com reflexos na melhora das expectativas. No entanto, vale a ressalva que ainda não é um movimento disseminado por todos segmentos – a área de serviços foi mais penalizada e registra mais dificuldade em recuperar, assim como o mercado de edificações comerciais”, comenta Ana Maria Castelo. Na outra ponta, diz, o segmento de edificações residencial avança mais rapidamente.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) recuou 1,4 ponto porcentual em setembro, para 72,1%. A maior contribuição negativa para o resultado partiu da queda de 1,6 ponto porcentual do Nuci de Mão de Obra. O Nuci de Máquinas e Equipamentos recuou 1,0 ponto porcentual, para 63,5%.

De acordo com a FGV, a sondagem ainda mostrou sinalização de que as contratações do setor devem superar as demissões nos próximos meses. “O movimento deve prosseguir, considerando as expectativas dos empresários de tendência de melhora dos negócios nos próximos meses”, diz a nota da instituição.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/09/2020

REFORMA ADMINISTRATIVA VAI ECONOMIZAR R\$ 400 BILHÕES ATÉ 2034, DIZ ESTUDO

Mesmo restringindo o alcance da reforma aos novos servidores, o CLP estima que ao menos R\$ 24,1 bi podem ser poupados apenas em 2024, o que abriria espaço para mais gastos com saúde e educação

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Estudo do Centro de Liderança Pública (CLP) projeta uma economia de R\$ 400 bilhões com a aprovação da reforma administrativa até 2034. Mesmo restringido a reforma apenas a novos servidores, o setor público poderia economizar pelo menos R\$ 24,1 bilhões em 2024 com a aprovação das mudanças no seu RH, liberando o governo para investir mais em saúde, educação e segurança pública, segundo o centro de estudos. A economia com as despesas da folha de pessoal subiria ao longo dos anos até chegar a R\$ 178,7 bilhões em 2030 e depois em R\$ 400,3 bilhões em 2034.

O estudo da CLP, obtido pelo Estadão, é o segundo levantamento que calcula o potencial de impacto da reforma administrativa para subsidiar o debate da reforma no Congresso. Na semana

passada, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério da Economia, projetou que as medidas de controle nos gastos com pessoal e as alterações nas regras do RH do setor público em discussão na reforma administrativa podem resultar em uma economia entre R\$ 673 bilhões e R\$ 816 bilhões em dez anos.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/3/1600999011430.jpg>

Luiz Felipe d'Ávila, fundador do CLP, diz que reforma não atrapalha eleições. Foto: Werther Santana/Estadão



Embora tenha havido pressão para o envio da proposta do governo, a reforma ainda não avançou na prática na Câmara. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera a forma como os servidores são contratados, promovidos e demitidos foi enviada na primeira semana de setembro.

A proposta do CLP, que promove cursos de formação em gestão para líderes em todo o País e lançou neste ano a iniciativa “Unidos Pelo Brasil”, é reforçar a importância da aprovação da reforma para deixar a realidade do serviço público mais próxima dos patamares de salários e horas trabalhadas do setor privado. A iniciativa do CLP reúne mais de 20 instituições e especialistas com o objetivo de superar a crise causada pela pandemia no Brasil.

Eleições

“A ideia é sentar com os parlamentares, como fizemos com a reforma da Previdência, mostrar esse números que são muito impactantes e importância que isso tem”, diz o fundador do CLP e idealizador da Unidos Pelo Brasil, Luiz Felipe d’Ávila. Para ele, a reforma não vai atrapalhar as eleições municipais. “Ela ajuda porque os municípios estão em crise e os Estados também”, avalia. Ele defende a ampliação da reforma para todos os servidores para evitar carreiras que se transformaram em “feudo de privilégios”.

A reforma enviada ao Congresso deixa de fora entre as principais mudanças os atuais servidores e também não atinge os chamados membros de outros Poderes (juizes, procuradores, promotores, por exemplo).

D’Ávila prevê que a reforma vai encorajar os governadores a fazerem também mudanças. Segundo ele, se nada for feito para se modernizar a estrutura administrativa todos os Estados estarão no limite de gastos com pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal até 2024.

O trabalho da CLP leva em conta os dados da pesquisa Pnad Contínua de 2019 do IBGE sobre as horas trabalhadas e o salário médio dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, que atualmente recebem salários maiores e trabalham menos horas. A partir desses dados, o CLP estimou qual seria a economia caso os servidores públicos tivessem os vencimentos e as horas trabalhadas equiparadas ao setor privado, um dos pontos centrais da reforma.

O estudo traça um panorama da realidade do serviço público brasileiro e a comparação com outros países. Mesmo não possuindo um número alto de servidores se comparado com países da OCDE e até da América Latina, o Brasil gasta cerca de 13,3% de seu PIB com funcionários públicos na ativa, número considerado alto para padrões internacionais.

Para Daniel Duque, um dos autores do estudo, esse tipo de cálculo ajuda a entender qual é o grau de impacto que haverá com a reforma. Segundo ele, a estimativa é mais conservadora do que a do Ipea. O pesquisador avalia que o debate da reforma ainda está muito dependente de quem será alcançado por ela. Duque destaca que flexibilização da estabilidade também está sofrendo muitas críticas.

“O governo tem um pouco de culpa nisso ao não estabelecer previamente o que considera carreira de Estado”, avalia o pesquisador que fez o estudo ao lado de Pedro Trippi, da equipe do CLP. Na sua avaliação, o governo errou ao não estabelecer quem teria estabilidade e dificultou o debate. “A reforma pode ajudar numa expansão da transferência renda dos mais pobres no médio e longo prazos”, prevê. No curto prazo, porém, não há impacto.

No Brasil, o servidor público federal passa em média 28 anos em atividade, além de 20 anos como inativo, gerando adicionalmente pensão por morte para seus dependentes, que duram, em média, 11 anos. Este vínculo perdura, portanto, por 60 anos em média para todas as funções, tanto operacionais quanto de Estado, que são as estratégicas e sem correspondência na iniciativa privada. Para o CLP essa situação cria um elevado custo e rigidez nas contas fiscais e reforça a urgência de se repensar o atual modelo administrativo do Estado brasileiro.

A preocupação com os interesses corporativistas de uma parcela do serviço público também faz parte do estudo do CLP, que destaca como que até mesmo dentro da máquina pública há grandes disparidades de vencimentos e benefícios que a reforma administrativa pretende combater. A CLP defende a eliminação de benefícios e distorções do setor público brasileiro e a criação de diferentes categorias de servidores públicos, que estão em discussão no Congresso.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 25/09/2020

RISCOS REGULATÓRIOS E OPERACIONAIS SÃO OS MAIS RELEVANTES PARA COMPANHIAS BRASILEIRAS, APONTA ESTUDO

Os dois fatores foram citados por 64% das 300 companhias de 21 setores ouvidas pela KPMG entre janeiro e março deste ano, portanto, antes da fase mais aguda da pandemia no País

Por Mariana Durão, O Estado de S.Paulo

RIO - Os riscos regulatórios e operacionais são os que mais afetam os negócios no Brasil, aponta uma pesquisa da KPMG com cerca de 300 empresas de 21 setores. Esses são vistos como os principais riscos por 64% das companhias, seguidos por aqueles associados à execução da estratégia de negócios (42%), riscos de mudanças nas políticas governamentais para seu setor (34%) e econômicos (33%). Apenas quatro setores citaram questões socioambientais entre os cinco fatores de risco mais relevantes.

Obtida com exclusividade pelo Estadão/Broadcast, a pesquisa foi realizada entre janeiro e março deste ano, portanto, antes da fase mais aguda da pandemia da covid-19 no Brasil e do aumento da pressão de investidores em relação às questões ambientais, sociais e de governança (ESG). Das empresas participantes, 45% têm faturamento de mais de R\$ 1 bilhão por ano.

O sócio líder de Gestão de Riscos e Crises da KPMG, Luis Navarro, credita o crescimento da importância de mudanças nas políticas governamentais dentre os fatores de risco citados pelas empresas à perspectiva de reformas e da realização de privatizações pelo atual governo. O risco foi citado por 42% das empresas e entrou ficou entre os cinco primeiros nesta edição, em substituição aos riscos de tecnologia da informação, que deixaram de fazer parte da lista prioritária, com 29%.

O levantamento mostra que uma fatia significativa das empresas brasileiras ainda tem um nível de maturidade do processo de gestão de riscos fraco (37%) ou sustentável (8%), abaixo da classificação intermediária (maduro, que soma 40%). Apesar da melhora na comparação com a edição anterior da pesquisa, realizada em 2018, quando o percentual era de 56%, o dado permanece significativo. Aquelas que estão nos melhores níveis, integrado e avançado, saíram de 2% para 7% e 8%, respectivamente, somando 15%.

Dos 21 setores pesquisados, 15 estão no nível maduro de gestão de risco, com Transporte, Viagem e Turismo - muito afetados pela pandemia - liderando com 46%. Em segundo, estão Logística e Distribuição, seguidos por Energia, Recursos Naturais e Saneamento. Os segmentos classificados predominantemente como fracos em termos de gestão de risco são Educação; Entretenimento, Mídia e Editorial; Varejo; Terceirização; Agronegócios; e Alimentos e Bebidas.

"A gestão de riscos teve uma evolução nesses dois anos, mas bem tímida. E é uma melhora que vem da necessidade de atendimento a requisitos regulatórios. Ainda há muitos obstáculos (à implementação da gestão de riscos)", diz Navarro.

O principal desses obstáculos é a ausência de cultura sobre o tema (67%), afirmam as empresas participantes da pesquisa. Em seguida, estão a falta de clareza das corporações em relação aos benefícios potenciais (59%), a existência de outras prioridades (56%) e a falta de apoio dos executivos (31%).

Para Navarro, ainda há no Brasil um entendimento equivocado do conceito de risco, que está mais ligado à incerteza - e seu impacto na execução dos objetivos da empresa - do que a algo que deu errado no passado. O executivo defende que mapear riscos é uma forma, inclusive, de encontrar oportunidades. Num mundo em que tudo muda muito rápido e as corporações têm que se reinventar constantemente, conhecer e gerir os riscos é uma forma de blindar e dar vantagem competitiva à empresa, aponta a consultoria.

A KPMG classifica o cenário atual de "cisne negro": um risco que existe e cuja materialização tem impacto profundo, mas com probabilidade rara de ser desencadeado por um gatilho, nesse caso, a pandemia. Nessa hipótese, quem geriu riscos de forma robusta pôde se antecipar às perdas e/ou prever a melhor estratégia de retomada. Um exemplo é o das empresas que já haviam investido em uma estrutura de trabalho remoto antes de o modelo ser imposto pelo isolamento social.

"Na pandemia, as empresas que estavam mais preparadas e que saíram na frente foram aquelas com gestão e governança de riscos mais robusta", afirma Navarro. Para entender o que mudou na gestão de riscos corporativos em decorrência da covid-19, a KPMG planeja antecipar a próxima pesquisa sobre o tema para 2021. Hoje, ela é realizada a cada dois anos.

A percepção do executivo é que riscos ligados à sustentabilidade deverão ganhar maior importância na próxima edição do levantamento. "Essa questão tem que estar na pauta dos gestores de risco. Mesmo que o desmatamento, por exemplo, não represente risco direto para o meu negócio, pode ser um gatilho para outros riscos", diz, dando como exemplo a eventual decisão de um grande fundo de deixar de investir em companhias brasileiras.

Nesta edição da pesquisa, os riscos socioambientais ficaram em 10º lugar - empatados com os jurídicos - de uma lista de 25 opções de riscos listadas pela KPMG. Apenas empresas dos setores de Alimentos e Bebidas; Energia, Recursos Naturais e Saneamento; Logística e Distribuição; e Manufatura incluíram esse risco entre os cinco principais para seu negócio.

A pesquisa "Maturidade do processo de gestão de riscos no Brasil" inclui 24 perguntas com foco nos sete elementos da metodologia de gestão de riscos da KPMG. Entre os entrevistados, 43% são executivos ou membros de conselhos e comitês, um aumento de 6% em relação à primeira edição da pesquisa.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 25/09/2020*

GOVERNO SE LIVRA DE CAOS ENERGÉTICO COM VENEZUELA, MAS MERGULHA EM CRISE FINANCEIRA COM ÓLEO DIESEL

Desde março de 2019, Roraima depende completamente da energia gerada por usinas térmicas movidas a óleo diesel; volume de combustível queimado saltou de 103 mil litros por dia para 1,067 milhão, mais de dez vezes a quantidade anterior

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A decisão do governo Bolsonaro de romper com a importação de energia da Venezuela para abastecer o Estado de Roraima pôs fim a um serviço extremamente precário prestado pelo país vizinho, mas deu início a uma crise financeira ainda sem solução, com risco de deixar o Estado da região Norte no escuro.

Desde março do ano passado, Roraima depende completamente da energia gerada por usinas térmicas movidas a óleo diesel, devido ao fim do contrato que o governo brasileiro mantinha com a estatal venezuelana Corpoelec. Isso fez com que, de um dia para o outro, o volume de combustível queimado para levar luz à população saltasse de 103 mil litros por dia para 1,067 milhão de litros diários, mais de dez vezes a quantidade anterior.

O Estadão apurou que esse aumento exponencial de gastos levou a uma conta que a concessionária de energia de Roraima não consegue pagar, o que já fez com que fornecedores cortassem em 50% o volume de óleo entregue, causando uma redução extrema no estoque do insumo. Neste mês, a crise atingiu seu momento mais agudo.

Entre os dias 4 e 15 de setembro, a empresa Atem Distribuidora, que fornece diariamente 1 milhão de litros de óleo diesel para a Roraima Energia, simplesmente cortou esse abastecimento pela metade, depois de passar meses sem receber um tostão pela entrega de seu combustível, com uma dívida acumulada em mais de R\$ 70 milhões. A decisão de cortar o fornecimento foi comunicada à concessionária por meio de uma notificação extrajudicial.

“A Atem dá prazo de sete dias para que a empresa pague o montante de R\$ 70,8 milhões em contas vencidas, com juros e multas”, declarou a Atem, em sua notificação, acrescentando que a Roraima Energia teria ainda 20 dias para apresentar provas e garantias de que terá recursos para quitar uma conta adicional de R\$ 191,1 milhões a vencer até dezembro.

Em tom de alerta, a fornecedora deixou claro que “a falta de cumprimento de quaisquer dos termos dessa notificação acarretará a suspensão do fornecimento de óleo diesel, bem como adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”.

Com o corte no abastecimento, o Estado viu seu estoque de óleo diesel minguar. Apesar de uma portaria de 2017 do Ministério de Minas e Energia (MME) prever que o estoque de combustível deve ter autonomia de oito dias, ou seja, garantir esse tempo mínimo de geração mesmo ser ter novo abastecimento, a situação atual é de apenas três dias de autonomia.

Para evitar a paralisação total, a concessionária Roraima Energia executou um pagamento emergencial de R\$ 20 milhões, com recursos que pretendia utilizar com investimentos. “O comunicado de uma possível interrupção de abastecimento de óleo diesel, insumo essencial para a operação das usinas termelétricas que fornecem energia ao Estado de Roraima, provoca extrema preocupação a esta distribuidora, face à gravidade dos danos decorrentes dessa medida”, respondeu a concessionária, em carta remetida ao seu fornecedor.

Em seu relato, a Roraima Energia afirmou que “o cenário atual exige que o volume de combustível atualmente praticado no contrato não sofra nenhum tipo de interrupção ou atraso, por ser insumo imprescindível à única fonte de geração de energia elétrica, sob pena de resultar em apagões e racionamento de energia elétrica à população”.

A reportagem questionou a concessionária sobre cada uma dessas informações. Por meio de nota, a empresa confirmou a redução do estoque e o corte do combustível ocorrido desde 4 de setembro, mas afirmou que, desde o último dia 16, “o abastecimento de óleo diesel foi restabelecido, com o fornecimento médio diário de 1 milhão de litros”.

A empresa reconhece que hoje, de fato, o estoque atual permite uma autonomia de aproximadamente de três dias, mas que sua previsão é de aumentar esse volume gradativamente até alcançar os oito dias já definidos pelo MME.

Segundo a companhia, tem sido mantido “diálogo com o fornecedor de combustível” e há o compromisso de ampliar o fornecimento diário para 1,5 milhão de litros. “Este compromisso de restabelecer o estoque se deve ao fato da garantia dada pelo governo do Estado de Roraima em concretizar a negociação da dívida junto a Roraima Energia no curtíssimo prazo. Diante deste cenário, havendo a conclusão da referida negociação com governo de Roraima, fica afastado o risco de desabastecimento”, declarou.

A distribuidora Atem informou que “o tema está sendo tratado entre as partes e que, no momento, não irá se pronunciar”.

Por meio de nota, o MME afirmou que tem monitorado o fornecimento de energia elétrica no estado e que a distribuidora informou, em reunião, que o abastecimento de combustível para as usinas termelétricas está garantido, tendo em vista realocação de recursos pela empresa.

“A empresa informou que iria atuar junto ao Governo do Estado de Roraima para solucionar a dívida existente, o que foi formalizado por correspondência em que o MME recebeu cópia, sendo tal solução importante para os investimentos a serem realizados no Estado. Monitoramos diariamente o estoque de combustível para geração termelétrica de Roraima de forma que não ocorra risco no fornecimento de energia elétrica para Roraima”, declarou a Pasta.

Dívida

Reportagem publicada na quarta-feira, 23 pelo Estadão revelou que a Roraima Energia cobra uma dívida histórica que já chega a R\$ 739 milhões de contas de luz que não foram pagas pelo próprio governo do Estado, calote que já tem comprometido a capacidade da empresa de comprar combustível para abastecer suas usinas e que pode causar, inclusive, racionamento de luz, prejudicando a população de 605 mil habitantes de Roraima.

“A gestão pública estadual atual acumulou, de janeiro de 2019 a agosto de 2020, um montante da ordem de R\$ 81,5 milhões em débitos vencidos e pendentes de pagamento”, afirma a Roraima Energia.

O governo Antônio Danarium, ex-PSL e hoje sem partido, reconhece a inadimplência de sua gestão, mas diz que, de fato, não vai pagar nenhuma conta, enquanto a Roraima Energia também não pagar o que deve ao governo estadual. Em fevereiro do ano passado, a concessionária comprou a Centrais Elétricas de Roraima (CERR), geradora que pertencia ao governo estadual, por R\$ 297 milhões, mas, segundo o governador, a concessionária não pagou até hoje. “Eles arremataram essa empresa por R\$ 300 milhões, só que não pagaram um centavo até agora. Eles também devem para nós. Por isso, também não estamos pagando a conta de energia do mês, porque está sendo feito um acordo”, justificou o governador.

Venezuela

Até início de 2019, cerca de 80% do consumo de energia do Estado de Roraima era abastecido com energia de hidrelétricas da Venezuela Corpoelec. A entrega dessa geração, porém, que sempre foi precária, já estava completamente insustentável, com o agravamento da crise no governo liderado por Nicolás Maduro.

A entrega da energia ao Brasil era feita por uma linha de transmissão de 513 quilômetros de extensão em solo venezuelano e 195 km em território brasileiro. Em 2018, foram contabilizados 74 apagões no trecho do país vizinho, mais que o dobro dos 30 desligamentos ocorridos em 2017 e quase quatro vezes o volume de 2016, quando 20 quedas na linha de transmissão deixaram Roraima no escuro. Do lado brasileiro, a linha brasileira sofreu apenas duas paralisações em 2018. A situação se agravou no início de 2019, com 23 apagões da linha venezuelana em apenas um mês.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 25/09/2020*

PF JÁ TEM PROVAS PARA INDICIAR FAZENDEIROS DE MS POR QUEIMADAS NO PANTANAL

Por Amaury Ribeiro Jr

A PF (Polícia Federal) já possui um conjunto de informações que considera suficientes para indiciar pelo menos quatro fazendeiros pelo início das queimadas na região da Serra do Amolar, no Pantanal de Mato Grosso do Sul.

O MPF (Ministério Público Federal) analisará a questão, e pode ou não denunciar os investigados à Justiça Federal.

A partir de imagens de satélite da Nasa (agência espacial americana) e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), os peritos da PF encontraram vestígios que indicariam a ação humana nas queimadas nas propriedades rurais. A PF também colheu na região depoimentos de trabalhadores das fazendas e de moradores que, segundo investigadores, dificultam a defesa dos fazendeiros.

De acordo com a análise dos peritos, os focos de incêndio tiveram início no dia 30 de junho, quase na mesma hora, em quatro propriedades localizadas na região oeste do rio Paraguai.

Para a PF e o MPF, esse fato indica que a prática de colocar fogo na vegetação para o plantio de pastagens pode ter sido uma ação combinada entre os fazendeiros.

Segundo as testemunhas, dias antes de mandar seus funcionários colocar fogo nas propriedades, os fazendeiros providenciaram a retirada de todo o gado.

Fazendeiros negam ter ordenado incêndios

Nos depoimentos que prestaram à PF, os fazendeiros negaram ter mandado colocar fogo nas fazendas. “Vamos provar com as imagens de satélite da própria polícia que o fogo não começou na fazenda do meu cliente. Mas infelizmente não tive ainda acesso ao inquérito”, afirmou o advogado Newley Amarilha, que defende o fazendeiro Ivanildo da Cunha Miranda, proprietário da fazenda Bonsucesso, uma das quatro propriedades em que as queimadas ocorreram.

A coluna não teve acesso aos nomes dos outros fazendeiros indiciados.

Em uma das fazendas, foram apreendidas várias armas de fogo e munição. O delegado da PF que comanda as investigações, Daniel Rocha, disse ao UOL que a operação foi desencadeada depois de uma minuciosa análise das imagens de satélite feita por peritos de Brasília que praticamente “deram o mapa da trajetória do fogo”.

“Quando sobrevoamos a região, vi uma imagem que jamais podia imaginar. Um mar de água doce transformado em fumaça e fogo.” O delegado aguarda a transcrição das conversas telefônicas e os laudos da perícia para concluir o inquérito.

“Fizemos a perícia nas propriedades e temos indícios de que os incêndios foram provocados a fim de criar novas áreas de pastagens”, disse Rocha.

Os proprietários devem ser indiciados por danos às áreas de preservação permanente e unidades de conservação, incêndio e poluição. As penas previstas na legislação, somadas, podem chegar a 15 anos de reclusão.

Três meses depois, as queimadas na região continuam a provocar prejuízos. Nesta quarta-feira (23), o fogo chegou ao Parque Nacional do Pantanal e ao corredor que liga a Serra do Amolar ao Parque Encontro das Águas, em Mato Grosso, considerado o maior refúgio de onças pintadas do mundo.

“Infelizmente quatro felinos ficaram com as patas feridas”, afirmou o tenente-coronel reformado da Polícia Militar Ângelo Rabelo, presidente do Instituto Homem Pantaneiro, que trabalha no combate às queimadas. O fogo se expandiu também para a região das grandes lagoas na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Os peritos da PF concluíram também que os incêndios acabaram destruindo as matas ciliares que protegem o rio Paraguai e seus afluentes. Desde que tiveram início, as queimadas já destruíram 30 mil hectares de mata na região.

Em 2019, o tema gerou uma discordância entre o governo de São Paulo, que defendia uma ponte entre as cidades, e a União, que preferia um túnel, para evitar impactos na operação do porto. Com o impasse, nenhum dos projetos foi adiante, mas, recentemente, ambos tiveram avanços.

Um grupo de companhias que atuam no porto se uniram em um movimento, o “Vou de Túnel”, para tirar do papel o túnel submerso, de 1,7 quilômetro. O projeto custaria R\$ 3,5 bilhões - R\$ 2,5 bilhões para a construção em si e outro R\$ 1 bilhão em obras nas avenidas perimetrais das cidades.

As empresas sugerem que o empreendimento seja assumido pelo governo federal, por meio de uma Parceria Público Privada, que seria custeada por tarifas portuárias, ou dentro do pacote de desestatização do porto, cujos estudos tiveram início neste mês. Entre os apoiadores, estão a Brasil Terminal Portuário (BTP) e Casemiro Tércio Carvalho, ex-presidente da companhia docas Santos Port Authority.

Questionado, o Ministério de Infraestrutura afirmou que, no contexto dos estudos para a desestatização, “serão consideradas todas as sugestões de solução” para a ligação entre as cidades, que serão objeto de ampla discussão. A pasta diz que defende uma saída que não impeça operações portuárias atuais e futuras.

De outro lado, o governo de São Paulo mantém o plano de fazer uma ponte de 7,5 quilômetros entre as cidades, um projeto inicialmente orçado em R\$ 2,9 bilhões - valor que deve aumentar.

A ideia é que o empreendimento seja construído pela Ecorodovias. A obra seria incluída dentro da concessão rodoviária do grupo, que hoje opera o sistema Anchieta-Imigrantes. Em troca, haveria um prazo adicional de cinco a sete anos no contrato, que é o mais importante da empresa e venceria em 2026.

A gestão de João Doria tentou viabilizar o projeto em 2019, mas encontrou resistência do governo federal e de operadores portuários, que avaliaram que a ponte poderia prejudicar o tráfego de navios no canal e trazer risco à expansão do porto. Diante da controvérsia, o governo pediu que a Ecorodovias refizesse os estudos.

O novo projeto já foi entregue e, agora, o Estado aguarda uma reunião com o Ministério da Infraestrutura, no fim de outubro, para avançar, afirmou o secretário de Logística e Transportes, João Octaviano Machado Neto.

Para ele, o debate entre túnel ou ponte é um falso dilema, já que os projetos não se excluem, diz. “Não temos nada contra o túnel, é uma solução importante de mobilidade urbana. O problema é quem paga por isso. Se ficar dentro da concessão do Porto de Santos, vamos aplaudir”, afirmou, em conversa com o Valor.

O secretário evita detalhar o estudo, porque quer antes apresentá-lo ao governo federal, mas afirma que foram feitas as mudanças solicitadas. Por exemplo, o vão entre os pilares da ponte, que antes era de 350 metros, passou para 750 metros, para facilitar o trânsito dos navios. Com as adaptações, o valor inicial da obra deverá “subir um pouco”, diz.

O problema do túnel, avalia, é que não há viabilidade para a concessão, já que se trata de uma obra de mobilidade, com tarifas mais baixas, e não de logística voltada a transporte de carga, como seria a ponte. “O túnel, do ponto de vista econômico, não se sustenta. Não haveria como justificar um investimento de mais de R\$ 3 bilhões em um trecho de 1,7 km. Não há orçamento para isso.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/09/2020

SANTOS BRASIL PRECIFICA AÇÃO A R\$ 4,10 E LEVANTA R\$ 790 MI EM "FOLLOW-ON"

Recursos de oferta subsequente serão utilizados pela empresa para participar em novos arrendamentos de ativos portuários, entre outras finalidades

Por Álvaro Campos, Valor — São Paulo

A Santos Brasil informou que precificou em R\$ 4,10 a ação na sua oferta subsequente ("follow-on"). Com a venda de 192.680.000 papéis, a companhia levantou R\$ 789,988 milhões. As novas ações passarão a ser negociadas na B3 na próxima segunda-feira. Ontem, o papel fechou a R\$ 4,34 na bolsa.



[https://s2.glbimg.com/eBkErDD6_GYWNrcWHEbgydmKJ/Dw=/0x0:755x633/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/interal_photos/bs/2019/H/2/h4DBEcSiADuQnB5DMH9Q/foto31bra-101-dfinfra-a3.jpg](https://s2.glbimg.com/eBkErDD6_GYWNrcWHEbgydmKJ/Dw=/0x0:755x633/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/interal_photos/bs/2019/H/2/h4DBEcSiADuQnB5DMH9Q/foto31bra-101-dfinfra-a3.jpg)

— Foto: Anna Carolina Negri/Valor

participação na movimentação brasileira de contêineres

A oferta foi primária, ou seja, os recursos vão para o caixa da empresa. Os valores serão utilizados para participar em novos arrendamentos de ativos portuários; verticalizar e integrar a cadeia logística portuária a partir da plataforma da Santos Brasil Logística (SBLog); ampliar e consolidar a

A operação foi coordenada por BTG Pactual, Morgan Stanley, XP Investimentos e Goldman Sachs.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 25/09/2020

COMÉRCIO GLOBAL MANTÉM RECUPERAÇÃO E CRESCE 4,8% EM JULHO

O Monitor Global de Comércio do Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis considerou como "impressionante" a recuperação nos EUA e na China

Por Lucas de Vitta, Valor — São Paulo

Depois de uma queda sem precedentes causada pela pandemia de covid-19, o comércio global continuou a se recuperar em julho. Dados divulgados nesta sexta-feira (25) pelo Monitor Global de Comércio do Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (CBP) mostram que houve um avanço de 4,8% no mês, após o recuo histórico de 12,5% no segundo trimestre deste ano.

O fluxo global de exportações e importações já havia mostrado sinais de recuperação em junho, quando avançou 7,9% na comparação com maio. Ainda assim, o crescimento não foi suficiente para reverter as perdas registradas nos dois primeiros meses do segundo trimestre, as maiores registradas desde o início da série histórica, em 2000. Apenas em abril, a queda foi de 12,3%.

Apesar do crescimento de julho ter sido menor que o do mês anterior, o CPB afirma que o avanço é um sinal de que as medidas restritivas para enfrentar a covid-19 continuam sendo suspensas em muitos países, o que está possibilitando a volta do comércio, ainda que em níveis distantes da pré-pandemia.

Na zona do euro, as exportações cresceram 5,9%, enquanto as importações avançaram 4,1%. O CPB considerou como "impressionante" a recuperação nos EUA, onde tanto as importações como as exportações cresceram 11% em julho. Já, na China, as exportações tiveram um grande salto no período, com uma alta de 9,5%. As importações chinesas avançaram apenas 0,

“Também em outras economias avançadas, a recuperação continua”, disse o CBP em nota. “Apesar desses números promissores, o comércio mundial ainda não recuperou os níveis anteriores ao surto de covid-19.”

alor faz na qualidade de seu jornalismo.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data : 25/09/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

PETROBRAS INICIA VENDA DE DOIS CAMPOS DE PETRÓLEO DE ÁGUAS PROFUNDAS

A Petrobras começou hoje (25) o processo de venda de dois campos de petróleo localizados em águas profundas da Bacia de Campos, com a etapa de divulgação da oportunidade (teaser). Está sendo oferecida a totalidade da participação da estatal nas concessões de Albacora e Albacora Leste.

Em Albacora, campo que produziu em agosto deste ano, uma de média 38,7 mil barris de petróleo e 716 mil metros cúbicos de gás por dia, a Petrobras tem a totalidade da operação.

Já em Albacora Leste, a Petrobras é operadora com 90% de participação, enquanto a Repsol Sinopec Brasil detêm os 10% restantes. O campo produziu, em agosto deste ano, uma média de 33,3 mil barris de óleo por dia e 707 mil metros cúbicos diários.

A venda dos campos é parte da estratégia da empresa de comercializar parte de seus ativos. A Petrobras também anunciou hoje a venda de sua participação de 40% na GásLocal, distribuidora de gás natural liquefeito (GNL) em São Paulo, para a White Martins.

Fonte: *Agência Brasil - DF*

Data : 25/09/2020



PORTAL PORTOS E NAVIOS

BR DO MAR SERÁ APRECIADO POR COMISSÃO ESPECIAL

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 25/09/2020 - 13:17



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190624-congresso-nacional.jpg>

Arquivo/Divulgação

Expecativa é que PL seja analisada apenas após definido como será o retorno das sessões presenciais na Câmara, suspensas em razão da pandemia.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou, nesta sexta-feira (25), a criação de uma comissão especial para análise do projeto de lei do BR do Mar, que tramita em regime de urgência constitucional. O PL 4.199/2020 com status prioritário tranca a pauta a partir da próxima segunda-feira (28). No entanto, com o despacho de

Maia e como não houve designação de relatoria para a matéria, a expectativa é que a urgência seja derrubada.

Com a definição de que o PL irá tramitar por comissão especial, interlocutores acreditam que a proposta será analisada apenas após definido como será o retorno das sessões presenciais na Câmara dos Deputados, suspensas em razão da pandemia de Covid-19.

Maia justificou que a criação da comissão especial para analisar a matéria se deve à distribuição a mais de três comissões de mérito: de Minas e Energia; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Viação e Transportes; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/09/2020

PAPEL VITAL DOS MARÍTIMOS É TEMA DO DIA MARÍTIMO MUNDIAL DE 2021

Da Redação NAVEGAÇÃO 25/09/2020 - 08:58

Para 2021, o tema do Dia Marítimo Mundial será "Marítimos: no cerne do futuro da navegação". A decisão da Organização Marítima Mundial (IMO) reflete uma necessidade de aumentar a conscientização sobre o papel vital dos marítimos no comércio mundial e aumentar sua visibilidade. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (24), Dia Marítimo Mundial de 2020, que cujo tema é "Transporte Marítimo Sustentável para um Planeta Sustentável".

O secretário-geral da ONU António Guterres em pronunciamento sobre a efeméride, reiterou sua preocupação com os marítimos retidos no mar e renovou seu apelo aos governos para resolverem sua situação, designando formalmente estes profissionais como "trabalhadores-chave", garantindo trocas de tripulação seguras e implementando os protocolos desenvolvidos pelas agências da ONU, como bem como a International Chamber of Shipping e a International Transport Workers Federation, permitindo que marítimos retidos sejam repatriados e outros embarquem.

Guterres disse que o tema do Dia Marítimo Mundial deste ano — 'Transporte Marítimo Sustentável para um Planeta Sustentável' — ganhou uma ressonância extraordinária, visto que o transporte marítimo continuou a transportar mais de 80% do comércio mundial, incluindo suprimentos médicos vitais, alimentos e outros bens básicos que são essenciais para a resposta e recuperação da Covid-19.

O secretário-geral da IMO, Kitack Lim, em sua mensagem, destacou que "No mundo pós-Covid, atenções serão dirigidas para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados por todos os Estados membros da ONU em 2015. São metas relevantes e o transporte é essencial para o desenvolvimento. A Agenda 2030 somente será realidade com um setor de transporte sustentável, apoiando o comércio mundial e facilitando a economia global".

Em 2020, todos em todo o mundo foram afetados pela pandemia Covid-19. No entanto, esta crise global demonstrou a importância do transporte marítimo como o método mais confiável, eficiente e econômico de transporte internacional de mercadorias. O transporte marítimo continua sendo o principal facilitador da economia global, transportando mais de 80% do comércio global, reforçou Lim.

"Portanto, o transporte marítimo e marítimo estará no centro da recuperação econômica e do crescimento sustentável no futuro, tanto no mar como em terra, apoiando uma economia inclusiva e resiliente para sustentar a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, disse ainda o secretário-geral da IMO.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/09/2020